autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 527/2025

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto Conselho Participativo foi localizado:

- Constituição Federal;
Constituição (planalto.gov.br)

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
LEI ORGÂNICA Nº 0, DE 05 DE ABRIL DE 1990 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)

- Lei Municipal nº 10.731, de 06 de junho de 1989, que institui a representação de empregados nos órgãos de administração e fiscalização das empresas e fundações nas quais tenha o Município de São Paulo, o controle majoritário.
LEI Nº 10.731 DE 6 DE JUNHO DE 1989 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 3/89, Vereador Robson Tuma

- Lei Municipal nº 11.118, de 08 de novembro de 1991, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes (COMESP), e da outras providencias.
LEI Nº 11.118 DE 8 DE NOVEMBRO DE 1991 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 82/90, Vereador Éder Jofre

- Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a politica municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, e da outras providencias.
LEI Nº 11.123 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1991 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 273/91, Vereadores Walter Feldman; Chico Whitaker; Valfredo Ferreira

- Lei Municipal nº 11.198. de 19 de maio de 1992, que cria o Plano Turístico Municipal – PLATUM, e dá outras providências.
LEI Nº 11.198 DE 19 DE MAIO DE 1992 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 328/91, do Vereador Marcos Mendonça

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 11.229, de 26 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.
LEI Nº 11.229 DE 26 DE JUNHO DE 1992 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei Nº 623/1991 – Executivo

- Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992, que dispõe sobre o Grande Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências.
LEI Nº 11.242 DE 24 DE SETEMBRO DE 1992 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 62/92, Executivo

- Lei Municipal nº 11325, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a criação de casas de cultura na secretaria municipal de cultura, e dá outras providências.
LEI Nº 11.325 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei Nº 217/1992 – Executivo

- Lei Municipal nº 11.370, de 18 de maio de 1993, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos desportivos amadores no â0mbito do Município de São Paulo.
LEI Nº 11.370 DE 18 DE MAIO DE 1993 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 82/91, do Vereador Bruno Feder

- Lei Municipal nº 12.320, de 16 de abril de 1997, que institui a fundação centro de tradições paulistanas, e da outras providências
LEI Nº 12.323 DE 16 DE ABRIL DE 1997 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei n. 614/95, do Vereador Bruno Feder

- Lei Municipal nº 12.254, de 1 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Assistência Social
LEI Nº 12.524 DE 1 DE DEZEMBRO DE 1997 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei n. 21/96, do Executivo

- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências.
LEI Nº 12.546 DE 7 DE JANEIRO DE 1998 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei n. 1.420/95, do Executivo

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 13.136, de 09 de julho de 2001, que cria a Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos - APA Capivari-Monos, e dá outras providências.
LEI Nº 13.136 DE 9 DE JUNHO DE 2001 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 412/98, do Executivo

- Lei Municipal nº 13.308, de 31 de janeiro de 2002, que cria o Parque Municipal Jardim Primavera na área ocupada pelo Aterro Sanitário do Jacuí e dá outras providências.
LEI Nº 13.308 DE 31 DE JANEIRO DE 2002 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 297/01, da Vereadora Ana Martins - PC do B

- Lei Municipal nº 13.321, de 06 de fevereiro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool.
LEI Nº 13.321 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2002 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 075/01, da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves - PT

- Lei Municipal nº 13.425, de 02 de setembro de 2002, que regulamenta o artigo 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo. Alterada pela Lei nº 17.068/19
LEI Nº 13.425 DE 2 DE SETEMBRO DE 2002 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
LEI Nº 17.068, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 352/99, do Vereador Adriano Diogo – PT

- Lei Municipal nº 13.496, de 07 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a área central do Município de São Paulo, nos termos que especifica.
LEI Nº 13.496, DE 07 DE JANEIRO DE 2003 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 688/02, do Executivo

- Lei Municipal nº 13.520, de 06 de fevereiro de 2003, que cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz, no Município de São Paulo, e dá outras providências.
LEI Nº 13.520 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2003 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 340/02, do Executivo

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 13.706, de 5 de janeiro de 2004, que estabelece o Zoneamento Ecológico-Econômico, doravante denominado Zoneamento Geo-Ambiental, da Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos.
LEI Nº 13.706 DE 5 DE JANEIRO DE 2004 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 392/03, do Executivo

- Lei Municipal nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, que reorganiza o Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM e institui novo Plano de Empregos Públicos, Carreiras, Salários e Remuneração para os empregados públicos da Autarquia, e dá outras providências.
LEI Nº 13.766 DE 21 DE JANEIRO DE 2004 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 842/03, do Executivo, aprovado na forma do Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 13.881, de 30 de julho de 2004, que dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho de Representantes e dá outras providências.
LEI Nº 13.881, DE 30 DE JULHO DE 2004 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 01/01, da Mesa da Câmara

- Lei Municipal nº 14.096, de 08 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do Município de São Paulo, nos termos que especifica.
LEI Nº 14.096 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 592/05, do Executivo

- Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos.
LEI Nº 14.107 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 617/05, do Executivo

- Lei Municipal nº 14.660, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre alterações das Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992, nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 e legislação subseqüente, reorganiza o Quadro dos Profissionais de Educação, com as respectivas carreiras, criado pela Lei nº 11.434, de 1993, e consolida o Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal.
LEI Nº 14.660 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

OBS.: Projeto de Lei nº 810/07, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 14.662, de 03 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Centros de Educação Unificados - CEUs da Rede Direta Municipal, instalada no município de São Paulo e dá outras providências.
LEI Nº 14.662 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 119/03, do Vereador Carlos Neder – PT

- Lei Municipal nº 14.666, de 10 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 16.421/16
LEI Nº 14.666 DE 10 DE JANEIRO DE 2008 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
LEI Nº 16.421 DE 8 DE ABRIL DE 2016 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 305/07, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 14.874, de 05 de janeiro de 2009, que onfere nova normatização ao Conselho Municipal de Cultura; altera o art. 5º da Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, e revoga a Lei nº 11.287, de 23 de novembro de 1992.
LEI Nº 14.874 DE 5 DE JANEIRO DE 2009 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 431/08, do Executivo)

- Lei Municipal n 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA e dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão; confere nova disciplina ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz; revoga as leis e os decretos que especifica.
LEI Nº 14.887 DE 15 DE JANEIRO DE 2009 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
Obs.: Projeto de Lei nº 429/08, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.934, de 18 de junho de 2009, que autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, inclusive convênio de cooperação e contrato de programa, com o Estado de São Paulo, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, para as finalidades e nas condições que especifica; cria o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura; e dá outras providências.
LEI Nº 14.934 DE 18 DE JUNHO DE 2009 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 558/08, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 14.978, de 11 de setembro de 2009, que dispõe sobre a instituição de Conselhos Regionais de Gestão Participativa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação; altera o art. 3º da Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005.
LEI Nº 14.978 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 18/09, do Vereador Claudio Fonseca - PPS

- Lei Municipal nº 15.024, de 10 de novembro de 2009, que cria o Escritório de Cinema de São Paulo - ECINE (São Paulo City Film Commission), na Secretaria Municipal de Cultura, bem como dispõe sobre o seu quadro de cargos de provimento em comissão.
LEI Nº 15.024 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 434/09, do Executivo

- Lei Municipal nº 15.052, de 07 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a reorganização da Biblioteca Mário de Andrade - BMA, da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão.
LEI Nº 15.052 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 488/09, do Executivo

- Lei Municipal nº 15.247, de 26 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho - SEMDET.
LEI Nº 15.247, DE 26 DE JULHO DE 2010 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 377/09, do Vereador Eliseu Gabriel – PSB

- Lei Municipal nº 15.248, de 26 de julho de 2010, que estabelece diretrizes para criação do Conselho Municipal dos Povos Indígenas, e dá outras providências.

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

LEI Nº 15.248, DE 26 DE JULHO DE 2010 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 382/09, da Vereadora Juliana Cardoso – PT

- Lei Municipal nº 15.372, de 03 de maio de 2011, que dispõe sobre a organização da Escola Municipal de Iniciação Artística - EMIA, do Departamento de Expansão Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão.
LEI Nº 15.372, DE 03 DE MAIO DE 2011 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 358/10, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 15.408, de 11 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Conselho Municipal de Participação da Comunidade Nordestina, com as atribuições que especifica, e dá outras providências
LEI Nº 15.408 DE 11 DE JULHO DE 2011 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br)
OBS.: Projeto de Lei nº 135/09, da Vereadora Sandra Tadeu - Democrata

- Lei Municipal nº 15.608, de 28 de julho de 2012, que dispõe sobre a criação do Arquivo Histórico de São Paulo, na Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão; cria, no Departamento do Patrimônio Histórico, os cargos em comissão que especifica.
LEI Nº 15.608, DE 28 DE JUNHO DE 2012 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 595/11, do Executivo

- Lei Municipal nº 15.748, de 09 de maio de 2013, que dispõe sobre a democratização e participação ativa dos idosos em colaboração ao Grande Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências.
LEI Nº 15.738, DE 09 DE MAIO DE 2013 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 519/08, do Vereador Toninho Paiva - PR

- Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, que dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria.
LEI Nº 15.764, DE 27 DE MAIO DE 2013 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 237/13, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

- Lei Municipal nº 15.910, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.

PROCURADORIA

LEI Nº 15.910, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 78/2012, dos Vereadores Carlos Neder – PT e Nabil Bonduki – PT

− Lei Municipal nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013, que estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.
LEI Nº 15.920, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 723/13, do Executivo

- Lei Municipal nº 15.953, de 07 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação do Polo de Ecoturismo nos Distritos de Parelheiros e Marsilac até os limites da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, e dá outras providências.
LEI Nº 15.953, DE 08 DE JANEIRO DE 2014 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 294/13, do Vereador Alfredinho – PT

- Lei Municipal nº 16.120, de 14 de janeiro de 2015, que confere nova disciplina ao Conselho Municipal da Juventude, criado pela Lei n° 14.687, de 12 de fevereiro de 2008, alterando-se a sua denominação para Conselho Municipal dos Direitos da Juventude.
LEI Nº 16.120, DE 15 DE JANEIRO DE 2015 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 35/14, do Executivo

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.
LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de lei n° 688/13, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 16.115, de 09 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, alterando sua denominação para Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura; cria o respectivo Quadro de Pessoal Permanente, instituindo o plano de carreiras e salários; concede aos servidores da entidade as vantagens pecuniárias que especifica e cria o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes.
LEI Nº 16.115, DE 09 DE JANEIRO DE 2015 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 318/14, do Executivo

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.



PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.213, de 17 de junho de 2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE, inclui o inciso XIV no art. 118 da Lei nº 14.660/07, e dá outras providências.
LEI Nº 16.213, DE 18 DE JUNHO DE 2015 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 638/08, dos Vereadores Antonio Donato – PT, Carlos Neder – PT, Claudinho de Souza – PSDB e Eliseu Gabriel – PSB

- Lei Municipal nº 16.333, 18 de Dezembro de 2015, Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura.
LEI Nº 16.333, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 168/10, do Vereador Antonio Donato – PT

- Lei Municipal n 16.478, de 08 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes.
LEI Nº 16.478, DE 08 DE JULHO DE 2016 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 142/16, do Executivo

- Lei Municipal nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo.
LEI Nº 17.089, DE 20 DE MAIO DE 2019 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 271/18, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo

- Lei Municipal nº 17.273, de 14 de janeiro de 2020, que organiza a Política Municipal de Prevenção da Corrupção, cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, cria o Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, altera as Leis nº 8.989, de 29 de Outubro de 1979, nº 15.764, de 27 de maio de 2013, e dá outras providências.
LEI Nº 17.273, DE 14 DE JANEIRO DE 2020 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 01/17, dos Vereadores José Police Neto – PSD, Adilson Amadeu – Democratas, André Santos – Republicanos, Atilio Francisco – Republicanos, Caio Miranda Carneiro – PSB, Camilo Cristófaro – PSB, Celso Jatene – PL, David Soares – Democratas, Edir Sales – PSD, Eduardo Tuma – PSDB, Gilberto Nascimento – PSC, Isac Félix – PL, Janaína Lima – Novo, Mário Covas Neto – Podemos, Ota – PSB, Patrícia Bezerra – PSDB, Rinaldi Digilio – Republicanos, Rodrigo Goulart – PSD, Rute Costa – PSD, Souza Santos – Republicanos e Toninho Paiva – PL)

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

- Lei Municipal n 17.334, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
LEI Nº 17.334, DE 25 DE MARÇO DE 2020 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 613/19, do Executivo

- Lei Municipal nº 17.452, de 09 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.
LEI Nº 17.452, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 409/16, dos Vereadores Mário Covas Neto – Podemos, Adriana Ramalho – PSDB, Caio Miranda Carneiro – Democratas, Daniel Annenberg – PSDB, Edir Sales – PSD, Eduardo Matarazzo Suplicy – PT, Gilberto Nascimento – PSC, Gilberto Natalini – PV, Gilson Barreto – PSDB, Quito Formiga – PSDB, Rinaldi Digilio – PSL e Sandra Tadeu – Democratas

- Lei Municipal nº 17.463, de 09 de setembro de 2020, que institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa – COMPLIR.
LEI Nº 17.463, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020 (app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net)
OBS.: Projeto de Lei nº 678/19, dos Vereadores Quito Formiga – PSDB, Atílio Francisco – REPUBLICANOS, Eduardo Tuma – PSDB, Fabio Riva – PSDB, Gilberto Nascimento – PSC, Isac Félix – PL, Noemi Nonato – PL, Patrícia Bezerra – PSDB e Toninho Vespoli – PSOL.

- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

- Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências;

- Lei Federal 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

- Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado;

- Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.

PROCURADORIA

- Lei Estadual nº 16.308, de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre penalidades às pessoas que cometerem maus tratos a animais domésticos na forma que especifica;

- Lei Estadual nº 16.794, de 12 de julho de 2018, que obriga todos os "pet shops", clínicas veterinárias e estabelecimentos do ramo a colocar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais e dá outras providências

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 10.309, de 22 de abril de 1987, que dispõe sobre controle de populações animais, bem como sobre prevenção de zoonoses no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 10.876, de 20 de julho de 1990, que dispõe sobre a colocação de placas visíveis nas residências que tenham animais ferozes.

- Lei Municipal nº 11.320, de 22 de dezembro de 1992, que proíbe o uso de cães nos serviços de vigilância no âmbito do Município, e da outras providencias.

- Lei Municipal nº 11.359, de 17 de maio de 1993, que proíbe a realização de rodeios, touradas ou eventos similares;

- Lei Municipal nº 11.616, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Esclarecimento aos proprietários de cães, e da outras providencias.

- Lei Municipal nº 12.327, de 16 de abril de 1997, que institui no Município de São Paulo a "Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos do Município de São Paulo", acompanhada de ações educativas sobre propriedade responsável de animais; e da outras providencias (DECLARADA INCONSTITUCIONAL)

- Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 13.767 de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal - PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.

- Lei Municipal nº 13.943 de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.014 de 30 de junho de 2005, que proíbe, no âmbito do Município de São Paulo, a utilização de animais de qualquer espécie em apresentação de circos e congêneres, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.146 de 11 de abril de 2006, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.370 de 16 de abril de 2007, que institui a Semana Municipal de Proteção aos Animais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.483 de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como as doações em eventos de adoção desses animais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.761 de 05 de junho de 2008, que dispõe sobre a fixação de placa informativa, em estabelecimentos que especifica, e dá outras providências. (placa é crime maltratar animais).

- Lei Municipal nº 15.023 de 06 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos - PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos.

- Lei Municipal nº 15.904 de 11 de novembro de 2013, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial a "Cãominhada", a ser realizada no mês de outubro, preferencialmente na semana do dia 4, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.125 de 11 de março de 2015, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo disciplinar o transporte de animais domésticos no serviço municipal de transporte coletivo de passageiros no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.222 de 25 de junho de 2015, que proíbe a produção e a comercialização de foie gras e artigos de vestuário feitos com pele animal no âmbito da Cidade de São Paulo, e dá outras providências (DECLARADA INCONSTITUCIONAL).

- Lei Municipal nº 16.520, de 22 de julho de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo, e dá outras providências. - Os abrigos emergenciais, albergues, centros de serviços,

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.



PROCURADORIA

restaurantes comunitários e casas de convivência referidas neste artigo deverão disponibilizar espaços apropriados para acolhimento de animais de pequeno e médio porte que eventualmente acompanhem os abrigados.

- Lei Municipal nº 16.532, de 08 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico, e dá outras providências.

- Lei Municipal n° 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.827, de 06 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a liberação de entrada de animais de estimação em hospitais públicos para visitas a pacientes internados, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 17.321, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.373, de 13 de julho de 2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Orientação à adoção consciente e ao não abandono de animais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.464, de 09 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.373, de 13 de julho de 2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Orientação à adoção consciente e ao não abandono de animais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.580, de 26 de julho de 2021, que institui o Programa Banco de Ração, e dá outras providências.

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.



PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.619, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.703 de 3 de novembro de 2021, que dispõe sobre instituição de uma política pública para fiscalização, destinação, a apreensão e manutenção da flora e de animais silvestres e domésticos de pequeno e grande porte, bem como a sua destinação, cria o levantamento populacional animal no município, e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 55.564, de 06 de outubro de 2014, que dispõe sobre a gestão compartilhada dos Hospitais Veterinários de Cães e Gatos entre as Secretarias Municipais da Saúde e do Verde e do Meio Ambiente.

- Resolução da CMSP nº 3 de 17 dezembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fórum Municipal de Proteção e Defesa Animal, alterada pela Resolução nº 3/2017;

- Portaria SMS nº 4550, de 21 de dezembro de 2002, que institui o Programa Saúde Animal - PSA - do Centro de Controle de Zoonoses.

- Decreto nº 56.897, de 28 de março de 2016, que regulamenta a Lei nº 16.222, de 25 de junho de 2015, quanto à proibição da comercialização de artigos de vestuário feitos com pele animal.

- Portaria SVMA nº 73 de 23 de novembro de 2020, que proíbe a doação e vendas de animais nos parques municipais;

- Lei Municipal nº 18.147, de 28/06/2024, que proíbe utilização de animais em atividades desportivas com emissão de pouleis de aposta em jogos de azar no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.703, de 03/11/2021, que dispõe sobre a instituição de uma política pública para a fiscalização, destinação, a apreensão e manutenção da flora e de animais silvestres e domésticos de pequeno e grande porte, bem como a sua destinação, cria o levantamento populacional animal no município, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.619, de 20/08/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.580, de 26/07/2021, que institui o Programa Banco de Ração, e dá outras providências.

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.

autuado por cintiacarrer em 09/06/2025 12:35:52.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.464, de 09/09/2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.321, de 18/03/2020, que dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 05 de junho de 2025.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068-

Matéria DSP 15768/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 09/06/2025 e juntado ao PL 527/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=642960.